

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1798839 - MG (2019/0045641-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : ANTONIA MARIA SERAPIAO
ADVOGADO : PAULO RONALDO GOMES SANTARELLI - MG128287
AGRAVADO : FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA
ADVOGADOS : BRUNO DE MOURA TEATINI E OUTRO(S) - MG059250
DANIEL FIDELIS DE OLIVEIRA - MG106679
SABRINA BORGES DE ABREU SCORVO - MG158968
AGRAVADO : TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A
ADVOGADO : RODRIGO OTÁVIO MOURA BOSSI E OUTRO(S) -
MG081313

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SEGURO. AÇÃO DE COBRANÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA. LAUDO PERICIAL. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A revisão das conclusões estaduais demandaria, necessariamente, o revolvimento das cláusulas contratuais e do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, ante o óbice disposto nas Súmulas 5 e 7 do STJ.
2. A análise do dissídio jurisprudencial fica prejudicada em razão da aplicação do enunciado da Súmula n. 7/STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o aresto combatido e os acórdãos paradigmas, uma vez que as suas conclusões díspares ocorreram, não em virtude de entendimentos diversos sobre uma mesma questão legal, mas, sim, de fundamentações baseadas em fatos, provas e circunstâncias específicas de cada processo.
3. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator